

VALOR CONTÁBIL *VERSUS* VALOR DE MERCADO: ANÁLISES ESTATÍSTICAS SOBRE A INFLUÊNCIA DO IFRS NAS EMPRESAS DO MERCADO DE AÇÕES

Mayk Jonhon de Carvalho Souza

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar o impacto do IFRS nas demonstrações contábeis e a influência dessas sobre valor contábil e o valor de mercado das empresas. Para avaliar os resultados desta análise foram realizados testes estatísticos como a Correlação Bivariável e a Regressão Linear Múltipla. Após a realização dos testes foi possível observar que as variáveis definidas como independentes não atingiram o nível de significância para responder as alterações nos valores das variáveis dependentes, através do teste R – quadrado ajustado pode obter o resultado de que 0,9% das variáveis independentes tem influências sobre as variáveis dependentes: Valor Patrimonial por Ação e Valor de Venda por Ação, a análise também afirmou que o grau de correlação entre as variáveis enfraquece a partir da adoção a norma internacional.

Palavra Chave: Adoção IFRS. Impacto nas demonstrações. BM&F/BOVESPA.

1 INTRODUÇÃO

Com a formação de diversos blocos econômicos, graças à globalização dos mercados, a União Europeia se destacou entre os demais, estabelecendo uma moeda, o “Euro”, cuja função foi unir as economias, facilitando as transações comerciais na Europa, mesmo com essa unificação, foi percebido que faltava ainda abrir as fronteiras econômicas para as demais regiões do mundo, então, foi pensado na Contabilidade que é uma ferramenta universal de organização empresarial, que mensura e controla o patrimônio, a partir daí o Conselho Internacional de Normas Contábeis – *International Accounting Standards Board (IASB)* criou um padrão de contabilidade ainda Europeu, chamado IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e orientou que todos que participava do bloco econômico, obrigassem as empresas estabelecidas em seu território a aderir ao novo padrão contábil, que mais tarde disseminou pelos demais países, tendo grande aceitação, ultrapassando os limites europeus.

A partir de 2008, o Brasil passou a adotar as Normas Internacionais de Contabilidade, com a promulgação da Lei 11.638/2007 com o objetivo de melhorar a compreensão, confiabilidade e transparências das informações contábeis, diminuindo a assimetria dos dados entre gestores e seus investidores (*stakeholders*), já que os mesmos necessitam de informações relevantes e confiáveis para tomar suas decisões. Neste sentido Hendriksen e Van Breda (1999) reforçam que

“a natureza do usuário é um fator determinante crucial para a decisão a respeito da informação a ser divulgada”, haja vista que esta é útil somente quando atende às necessidades dos seus públicos.

Este trabalho tem a finalidade de explanar sobre os impactos que as empresas sofreram com a adoção do IFRS, utilizando modelos estatísticos para a obtenção da análise, através coleta de dados secundários das empresas de capital aberto inscritas na Bolsa de Valores, contribuindo assim na área da pesquisa em Ciências Contábeis, preenchendo as lacunas existentes quanto se trata de normas internacionais, também tem se o propósito sancionar dúvidas dos investidores acerca dos impactos provocados pelo IFRS no Brasil.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Conceitos Fundamentais

O foco das empresas atualmente é usar de ferramentas que possam atrair novos investidores, alavancando assim a captação de novos recursos, fazendo que a entidade expanda dando continuidade em seus planejamentos de crescimento. É nesse momento que a **Governança Corporativa** entra em cena, tratando de princípios de boas práticas como: Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa, que são importantes quando colocadas em práticas pelas empresas que buscam fidelizar seus acionistas e atrair novos investimentos.

A **Governança Corporativa** é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade. Esses princípios e práticas da boa Governança Corporativa aplicam-se a qualquer tipo de organização, independente do porte, natureza jurídica ou tipo de controle (INSTITUTO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - IBGC, 2014, p. 1).

“Pressupõe-se que a Governança deva garantir que os recursos sejam empregados de forma eficiente e eficaz nos objetivos e nas metas da organização, garantindo os interesses dos acionistas e proprietários e maximizar os resultados econômicos da organização” (ARRUDA; MADRUGA; JUNIOR, 2008).

É possível destacar que os administradores detêm a maior parte das informações e que é de responsabilidade deles transmitir relatórios confiáveis e transparentes aos seus acionistas, entretanto conforme Nascimento (2012), “na prática é bastante difícil garantir esta simetria de informação e diversos estudos têm como tema central este conflito existente entre os executivos e os acionistas, um dos mais importantes é a **Teoria da Agência**”.

2.2 Adoção da IFRS

As normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS na sigla em inglês) surgiram a partir da globalização das empresas e, também, dos investidores – indicando uma necessidade global de informações padronizadas para análises de investimentos. Segundo Ferreira, 2011:

O mundo corporativo estava ainda bem dividido para a adoção de um único padrão internacional de contabilidade – entre os padrões americanos (USGAAP – United States General Accepted Accounting Principles) e os padrões internacionais (IFRS – International Financial Reporting Standards), que foram baseados, principalmente, nos padrões contábeis britânicos (FRS – Financial Reporting Standards). Enquanto a primeira era baseada em regras, a segunda era baseada em princípios. A intenção de internacionalizar a contabilidade e as demonstrações financeiras das empresas existe há muito tempo. Por exemplo: o IASC (International Accounting Standards Committee), órgão responsável pela emissão das IAS (International Accounting Standards) foi fundado em 1973 – na tentativa de iniciar este processo de internacionalização.

Segundo Ferreira (2011) “havia certa tendência (de alguns países) para a adoção do USGAAP como padrão internacional, devido a maior relevância dos Estados Unidos nos mercados de capitais e como investidores”. Como a grande massa de investidores do mundo encontrava-se nos EUA, nada mais viável que a padronização fosse realizada com as demonstrações desse país.

Em Abril de 2001 o IASC foi substituído pelo IASB (International Accounting Standards Board) e as IAS começaram a ser substituídas pelas IFRS (International Financial Reporting Standards) – este processo de substituição / revisão das IAS ainda estão em andamento no IASB. A Europa, a partir da Inglaterra, começou a se mobilizar para adotar um padrão único de contabilidade neste momento e, com os escândalos acontecendo nos Estados Unidos, o USGAAP estava temporariamente enfraquecido – gerando algumas desconfianças. A Europa não perdeu tempo e, oportunamente, começou os estudos para facilitar a implementação das IFRS, definindo que as empresas não precisariam alterar seus livros contábeis ou fiscais, sendo as IFRS aplicáveis somente nas demonstrações financeiras consolidadas. Este foi um grande passo para a adoção das IFRS na Europa. Nesse sentido Ferreira (2011), esclarece: “Os escândalos corporativos nos Estados

Unidos aliados a grande quantidade de literatura das normas e a tratar-se de regras em vez de princípios, foram os principais fatores que fizeram o mundo optar pela internacionalização da contabilidade através do IFRS”.

2.3 Convergência da lei 11.638 no Brasil

A agitação pela adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil pode ser explicada por inúmeros fatores. Conforme ANTUNES et al. (2007)” dentre eles, destacam-se a redução das taxas inflacionárias e a expansão do mercado de capitais, aumentando a importância da informação contábil como subsídio para as decisões de investimentos, créditos, financiamentos etc.”

Após várias discussões do projeto de Lei 3.741/2000 que tratava de uma proposta de reformulação das normas contábeis, possibilitando a eliminação de algumas barreiras regulatórias que impediam a inserção total das companhias abertas no processo de convergência contábil internacional, foi criado o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis – é um comitê formado pela ABRASCA, APIMEC, BOVESPA, CFC, FIPECAFI e IBRACON, foi criado em 7 de outubro de 2005, pela Resolução CFC nº 1.055/05, com o objetivo conforme Braga e Almeida (2009) “estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de contabilidade, permitindo a emissão de normas contábeis pelas entidades reguladoras brasileiras, levando em conta a convergência da contabilidade aos padrões internacionais de contabilidade”.

Sendo assim, o Brasil passou a adotar as IFRS – as normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)* ou Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade, entidade do setor privado, independente, criada em 1973 para estudar, preparar e emitir normas de padrões internacionais de contabilidade, com sede em Londres, constituída por mais de 140 entidades profissionais de todo o mundo, inclusive do Brasil.

2.4 Mercado de Capitais

Com o processo de globalização, que resultou em um intenso intercâmbio entre os países, cada vez mais o mercado acionário vem adquirindo uma crescente importância no cenário financeiro internacional. Seguindo essa tendência mundial, os países em desenvolvimento procuram abrir suas economias para poder receber investimentos externos. Surge então o papel do Mercado de Capitais, que segundo a Bovespa (2008) define:

O mercado de capitais é um sistema de distribuição de valores mobiliários, que tem o propósito de proporcionar liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabilizar seu processo de capitalização. É constituído pelas bolsas de valores, sociedades corretoras e outras instituições financeiras autorizadas. No mercado de capitais, os principais títulos negociados são os representativos do capital de empresas, as ações ou de empréstimos tomados, via mercado, por empresas, debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e “commercial papers”, que permitem a circulação de capital para custear o desenvolvimento econômico (BOVESPA, 2008).

2.4.1 Bolsas de Valores

A Resolução de nº. 39/1968 do Banco Central do Brasil, veio regulamentar a parte da “Lei do Mercado de Capitais” que diz respeito às BOLSAS DE VALORES, dando-lhes nova estrutura técnica co-administrativa, com a finalidade de melhorar e aprimorar seu funcionamento.

Corrêa (1973) define, “as Bolsas de Valores, fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil têm como um de seus objetivos a realização de transações de compra e/ou venda de títulos mobiliários de emissão de pessoas jurídicas de direito público ou privado”.

Para Bovespa (2008), “As bolsas de valores são locais que oferecem condições e sistemas necessários para a realização de negociação de compra e venda de títulos e valores mobiliários de forma transparente, além de orientar e fiscalizar os serviços prestados por seus intermediários”.

3. METODOLOGIA

3.1 Seleção da amostra

A partir das variáveis escolhidas foram selecionadas uma amostra de 40 empresas que é composta somente por ações ordinárias, as empresas que compunham o índice BM&F/BOVESPA, que possuem maior liquidez no mercado, além de serem bastante representativas para o comportamento e evolução do mercado de capitais brasileiro. A seleção das referidas empresas decorreu dos seguintes aspectos:

- (a) as informações que estão publicamente disponíveis no site da BM&F/BOVESPA;
- (b) e empresas com as maiores capitalizações no mercado de capitais.

A composição da amostra desta pesquisa é a mesma utilizada por Nascimento (2012), em sua dissertação, abrangendo os mesmos aspectos.

Seleção de variáveis

Existem diversas variáveis a serem utilizadas na pesquisa, então foram escolhidas as que representam maior relevância, e demonstrar significativamente a saúde financeira da empresa. Assim, definiu-se 05 (cinco) variáveis consideradas como independentes: Ativo Total, Patrimônio Líquido, Passivo Não Circulante, EBIT, Lucro Líquido; e 02 (duas) variáveis dependentes: Valor Patrimonial por Ação e o Valor de Venda por Ação.

Os dados das variáveis contábeis foram coletados a partir das demonstrações contábeis consolidadas referentes aos anos de 2006 a 2009 caracterizando 4 (quatro) anos antes da adoção das normas internacionais e de 2010 a 2013, referente a 4 (quatro) anos após a adoção as normas. As informações referentes às variáveis das empresas foram extraídas da base de dados Economatica© em 31 de Agosto de 2014.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise da relação entre as variáveis independentes sobre o Valor Patrimonial Por Ação

Tabela nº 2 - Regressão Linear Múltipla: Valor Patrimonial por Ação

<i>Estatística de Regressão</i>						
R múltiplo	0,080 ^a					
R quadrado	0,006					
R quadrado ajustado	-0,009					
Erro Padrão	60,690,210,145.70237					
	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>
Int.	38531233042,201	4558643734,075	8,452	0,000	29561884056,833	47500582027,569
AT	-765409,408	940408,327	-0,814	0,416	-2615707,647	1084888,830
PL	868038,119	993251,946	0,874	0,383	-1086232,461	2822308,700
PNC	847044,388	1210150,204	0,700	0,484	-1533983,861	3228072,637
EBIT	-230,230	855,385	-0,269	0,788	-1913,241	1452,781
LL	-253500,804	1490393,162	-0,170	0,865	-3185920,438	2678918,830

FONTE: Dados da Pesquisa

Dá análise dos resultados apresentados, conclui-se que:

1) a variável dependente é Valor Patrimonial por Ação (VPA), e as variáveis independentes são o Ativo Total (AT), Patrimônio Líquido (PL), Passivo Não Circulante (PNC), EBIT e Lucro Líquido (LL).

2) o coeficiente angular (b) que representa $AT=(-765409,408)$, $PL= 868038,119$, $PNC=(847044,388)$, $EBIT=(-230,230)$ e LL de $(-253500,804)$.

3) através do R múltiplo, o grau de correlação entre AT, PL, PNC, EBIT e LL é de 0,6%.

4) através do coeficiente de determinação R-quadrado ajustado, 0,9% da variações no VPA são explicadas pelas variáveis independentes.

5) para responder as hipóteses levantadas no enunciado no problema, também é necessário testar o modelo:

1º Teste: Intervalo de Confiança:

O intervalo com 95% de confiança está para AT, entre -2.615.707,647 e 1.084.888,830 sendo que o coeficiente angular -765.409,408 está fora deste intervalo, para PL, entre -1.086.232,461 e 2.822.308,700 sendo que o coeficiente angular 868.038,119 está fora deste intervalo, para PNC, entre -1.533.983,861 e 3.228.072,637, sendo que o coeficiente angular 847.044,388 está fora deste intervalo, para EBIT, entre -1.913,241 e 1.452,781, sendo o coeficiente angular -230,230 está fora deste intervalo e para LL, entre -3.185.920,438 e 2.678.918,830, sendo o coeficiente angular -253.500,804 está fora deste intervalo. Através desse resultado pode rejeitar a hipótese de que as variáveis independentes tem influência nas mutações dos valores do Valor Patrimonial por Ação.

2º Teste: Valor-P:

O Valor-P dá como resposta que o coeficiente angular é igual a zero, mas comparando com o $\alpha=0,05$, que é o nível de significância definido no problema, concluímos que o Valor-P das variáveis $AT=0,416$, $PL=0,383$, $PNC=0,484$, $EBIT=0,788$, $LL=0,865$ são maiores que o $\alpha=0,05$, então se rejeita a hipótese $H \neq 0$, e aceita a $H=0$ portanto as variáveis AT, PL, PNC, EBIT E LL não tem influência sobre os valores do Valor Patrimonial por Ação.

4.2 Análise da relação entre as variáveis independentes sobre o Valor de Venda Por Ação

Tabela nº 3 – Regressão Linear Múltipla: Valor de Venda Por Ação

<i>Estatística de Regressão</i>	
R múltiplo	0,082 ^a
R quadrado	0,007

R quadrado ajustado	-0,009
Erro Padrão	62,278,392,564.44794

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>
Int.	40101118573,113	4677937402,928	8,572	0,000	30897053604,196	49305183542,03
AT	-894550,302	965017,567	-0,927	0,355	-2793268,395	1004167,791
PL	771181,834	1019244,034	0,757	0,450	-1234229,419	2776593,087
PNC	1189620,866	1241818,232	0,958	0,339	-1253715,738	3632957,471
EBIT	-518,709	877,770	-0,591	0,555	-2245,762	1208,345
LL	695427,090	1529394,777	0,455	0,650	-2313730,082	3704584,262

FONTE: Dados da Pesquisa

Dá análise dos resultados apresentados, concluímos que:

- 1) a variável dependente é Valor Patrimonial por Ação (VPA), e as variáveis independentes são o Ativo Total (AT), Patrimônio Líquido (PL), Passivo Não Circulante (PNC), EBIT e Lucro Líquido.
- 2) o coeficiente angular (b) que representa $AT = (-894550,302)$, $PL = 771181,834$, $PNC = 1189620,866$, $EBIT = (-518,709)$ e $LL = 695427,090$.
- 3) através do R múltiplo, o grau de correlação entre AT, PL, PNC, EBIT e LL é de 0,7%.
- 4) através do coeficiente de determinação R-quadrado ajustado, 0,9% das variações no VPA são explicadas pelas variáveis independentes.
- 5) para responder as hipóteses levantadas no enunciado no problema, também é necessário testar o modelo:

1º Teste: Intervalo de Confiança:

O intervalo com 95% de confiança está para AT, entre -2.793.268,395 e 1.004.167,791 sendo que o coeficiente angular -894.550,302 está fora deste intervalo, para PL, entre -1.234.229,419 e 2.776.593,087 sendo que o coeficiente angular 771.181,834 está fora deste intervalo, para PNC, entre -1.253.715,738 e 3.632.957,471, sendo que o coeficiente angular 1.189.620,866 está fora deste intervalo, para EBIT, entre -2.245,762 e 1.208,345, sendo o coeficiente angular -518,709 está fora deste intervalo e para LL, entre -2.313.730,082 e 3.704.584,262, sendo o coeficiente angular 695.427,090 está fora deste intervalo. Portanto descarta-se a hipótese de influência das variáveis independentes sobre o Valor de Venda por Ação.

2º Teste: Valor-P:

O Valor-P dá como resposta que o coeficiente angular é igual a zero, mas comparando com o $\alpha=0,05$, que é o nível de significância definido no problema, concluímos que o Valor-P das variáveis $AT=0,355$, $PL=0,450$, $PNC=0,339$, $EBIT=0,555$, $LL=0,650$ são maiores que o $\alpha=0,05$, então se rejeita a hipótese $H \neq 0$, e aceita a $H=0$ portanto as variáveis AT, PL, PNC, EBIT E LL não tem influência sobre os valores do VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO.

4.3 Análise de Correlação Bivariável

Tabela nº 4 – Correlação Bivariável entre as variáveis independentes e dependentes

	AT	PL	PNC	EBIT	LL	VPA	VVA
AT	1						
PL	0,798**	1					
PNC	0,812**	0,641**	1				
EBIT	0,485**	0,436**	0,453**	1			
LL	0,389**	0,417**	0,333**	0,620**	1		
VPA	-0,007	0,013	-0,029	-0,058	-0,074*	1	
VVA	-0,062	-0,073	-0,070	-0,082*	-0,107*	0,030	1

FONTE: Dados da Pesquisa

Segundo Crespo, 2009, o “r” é o número de intervalo, assim:

- se $0,6 \leq r \leq 1$ a correlação é significativa sobre os comportamentos simultâneo das variáveis analisadas;
- se $0,3 \leq r \leq 0,6$, há uma correlação relativamente fraca entre as variáveis;
- se $0 < r < 0,3$ a correlação é muito fraca e, praticamente, nada podemos concluir sobre a relação entre as variáveis em estudo.

A partir deste conceito é possível observar na tabela 4 que o grau de correlação entre as variáveis independentes e variáveis dependentes, é bastante fraco, considerando a citação de Crespo, 2009, se $0 < r < 0,3$. Existe uma correlação inversamente proporcional bastante fraca em destaque o resultado (-0,074*), entre o Lucro Líquido e o Valor Patrimonial por Ação, já entre EBIT e o Valor de Venda por Ação é de (-0,082*) e entre Lucro Líquido e o Valor Patrimonial por Ação é de (-0,107*), ou seja, é possível afirmar que o EBIT e Lucro Líquido, ainda que fraca significância tenha influência nas variações dos valores do VPA e VVA. Vale destacar que no teste de regressão linear múltipla, não foi possível verificar a relação entre as variáveis EBIT e LL sobre a VPA e VVA respectivamente.

4.4 Análise Horizontal

Tabela nº 5 – Análise Horizontal das médias antes e pós-adoção IFRS

	GAAP	IFRS	AH%
ATIVO TOTAL	3.827.493,94	7.096.506,36	85,4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.750.930,27	3.180.615,63	81,7%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.277.579,90	2.663.611,38	108,5%
EBIT	263.245.861,16	385.085.602,80	46,3%
LUCRO LÍQUIDO	268.697,77	305.440,20	13,7%
VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO	4.758.226.977.882,00	5.541.417.147.114,00	16,5%
VALOR DE VENDA POR AÇÃO	5.449.790.986.928,00	5.138.924.938.461,00	-5,7%

FONTE: Dados da Pesquisa

Através da **tabela nº 5** é possível perceber em valores e percentuais as mutações que ocorreram nas variáveis em estudo, o cálculo da média é feito através da Análise Horizontal (AH):

$$AH = \frac{\text{Média pós IFRS}}{\text{Média antes IFRS}} \times (100) - 100 = \%$$

Existem fatores que afetam o mercado acionário como um todo, geralmente de natureza econômica ou política. Segundo site Administradores (2005):

Quando é anunciada uma elevação não prevista da Selic, o preço da ação cai. Desse modo, todos os elementos que podem levar a uma alta da taxa de juros tendem a pressionar as ações, como exemplo o aumento da inflação, crises no cenário externo, já que a economia brasileira é extremamente dependente da economia de outros países. Outro elemento conjuntural é o cenário político, em destaque a corrupção no Governo.

Através desta análise identificou-se que após a adoção das empresas ao IFRS houve de acordo com a **tabela nº 5**, significativo crescimento em média 80% nas contas do Ativo Total e do Patrimônio Líquido. No Passivo Circulante houve um crescimento de mais de 100% após a adoção da norma internacional, no Ebit de 46, 3% e no Lucro Líquido de 13,7%. Observando os indicadores financeiros, o Valor Patrimonial por Ação cresceu em 16,5%, já o Valor de Venda por Ação não houve evolução como as outras contas, e sim uma queda de (-5,7%), essa reação negativa pode ser explicado por inúmeros fatores. É nítido perceber que o IFRS promoveu significativas mutações nas contas patrimoniais em estudo, que podem ser consideradas neste trabalho.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O propósito deste trabalho foi observar o impacto do IFRS sobre as empresas de maior índice de liquidez inscritas na BM&F/BOVESPA, utilizando métodos estatísticos para medir o grau

de significância entre as variáveis independentes e dependentes, cito: A Correlação Bivariável e Regressão Linear Múltipla.

Após os testes de Regressão Linear Múltipla pode se afirmar que as variáveis independentes não obtiveram o grau de significância esperado, ou seja, as mesmas não tem influência suficiente para responder as variações dos valores do VPA e VVA (variáveis dependentes).

Verificando a tabela nº 4, onde o teste foi realizado com os montantes totais dos 8 (oito) anos de cada variável, é possível afirmar que a correlação entre variáveis independentes e dependentes é de fraca significância.

No APÊNDICE B, que expõe a correlação entre os valores das variáveis independentes e dependentes são divididos em um conjunto de montante do ano de 2006 até 2009 antecedendo a obrigatoriedade a adoção do IFRS por outro lado o conjunto e montante de valores das mesmas variáveis entre o ano de 2010 até 2013, a partir da obrigatoriedade da convergência da norma internacional, é possível perceber um grau bastante forte de correlação em muitas das variáveis no período BRGAAP, vejamos como exemplo a correlação entre a variável: Lucro Líquido (LL BRGAAP) com Passivo Não Circulante (PNC BRGAAP) tem a correlação de 0,903, ou seja, uma correlação positiva quase perfeita, mas a correlação enfraquece quando se confronta o LL IFRS com PNC IFRS, a correlação enfraquece para 0,712, o mesmo acontece com se comparado com a variável Ativo Total (AT BRGAAP) com LL BRGAAP, a correlação é de 0,910, confrontando AT IFRS com LL IFRS a correlação enfraquece para 0,766.

É possível observar que entre as variáveis dependentes: Valor Patrimonial por Ação (VPA) e Valor de Venda por Ação (VVA) com as variáveis independentes, a correlação aumentou, vejamos como exemplo do APÊNDICE C, que a correlação entre Patrimônio Líquido (PL BRGAAP) e VPA BRGAAP é de -0,044, já em com a adoção da norma, fortalece a correlação para -0,108 com as mesmas variáveis. Também é visível verificar que entre o Valor de Venda Por Ação (VVA BRGAAP) e AT BRGAAP a correlação é de -0,067, confrontando essas mesmas variáveis no IFRS, a correlação fortalece para -0,143. Apesar desse fraco fortalecimento, não podemos afirmar que as variáveis independentes tenham alguma influência sobre as variações dos valores das variáveis independentes.

Ressalta que esses resultados foram obtidos neste trabalho, coincidem com outros trabalhos, conforme Nascimento, 2012, em seu trabalho: *Adoção do IFRS no Brasil: uma análise*

dos efeitos na comparabilidade e na relevância das demonstrações contábeis “à medida que as empresas brasileiras vão adotando a norma internacional percebe-se que a correlação diminui entre os indicadores pareados, ou seja, aumenta-se a diferença entre os indicadores brasileiro e internacional com a implementação de novas normas”. Da mesma maneira ocorreu no estudo de Lin e Chen (2005) baseado no padrão chinês e de Schiebel (2006) baseado no padrão alemão, que mostram uma diminuição da relevância da informação contábil à medida que as demonstrações financeiras passam a ser apresentadas sob o padrão internacional. Portanto, o padrão local se mostrou mais aderente ao valor de mercado nestes estudos que o padrão IFRS. Também diferem dos resultados obtidos pelo estudo de Callao et al. (2007), que percebeu que o padrão espanhol de contabilidade se mostrou mais aderente/similar ao valor de mercado que o IFRS.

Os resultados obtidos na **tabela nº 5** Análise Horizontal, indicam que as demonstrações financeiras das empresas listadas no BM&F/BOVESPA sofrem um impacto significativo quando aplicadas as normas internacionais, podendo considerar a convergência contábil algo benéfico às empresas.

Vale destacar que na **Tabela nº 2** Regressão Linear Múltipla: Valor Patrimonial por Ação e na **Tabela nº 3** Regressão Linear Múltipla: Valor de Venda por Ação foi possível obter o resultado de 0,9% do **R quadrado ajustado**, que não foi encontrado no trabalho em outras pesquisas consultadas, este resultado tem por finalidade mostrar o percentual de influências que as variáveis independentes têm sobre as variáveis dependentes, ainda que a influência seja pequena, pode-se ressaltar que o trabalho teve um resultado satisfatório.

APÊNDICE B – Análise de Correlação Bivariável entre as variáveis independentes e dependentes

	AT BRGAAP	PL BRGAAP	PNC BRGAAP	EBIT BRGAAP	LL BRGAAP	VPA BRGAAP	VVA BRGAAP	AT IFRS	PL IFRS	PNC IFRS	EBIT IFRS	LL IFRS	VPA IFRS	VVA IFRS
AT BRGAAP	1													
PL BRGAAP	0,987	1												
PNC BRGAAP	0,981	0,948	1											
EBIT BRGAAP	0,426	0,409	0,488	1										
LL BRGAAP	0,910	0,861	0,903	0,484	1									
VPA BRGAAP	-0,079	-0,044	-0,097	-0,126	-0,180	1								
VVA BRGAAP	-0,067	-0,086	-0,028	0,004	-0,077	-0,058	1							
AT IFRS	0,967	0,936	0,942	0,290	0,936	-0,126	-0,065	1						
PL IFRS	0,955	0,926	0,921	0,313	0,949	-0,137	-0,074	0,992	1					
PNC IFRS	0,956	0,922	0,945	0,247	0,901	-0,112	-0,051	0,985	0,957	1				
EBIT IFRS	0,313	0,269	0,387	0,830	0,388	-0,183	0,078	0,246	0,271	0,200	1			
LL IFRS	0,706	0,635	0,712	0,485	0,839	-0,216	-0,069	0,766	0,806	0,687	0,582	1		
VPA IFRS	-0,138	-0,149	-0,127	-0,105	-0,102	0,087	0,008	-0,097	-0,108	-0,076	-0,076	-0,110	1	
VVA IFRS	-0,158	-0,151	-0,164	-0,188	-0,160	0,042	-0,035	-0,143	-0,134	-0,143	-0,147	-0,146	0,152	1

Nota: Correlação entre valores das variáveis entre os anos (2006-2009), classificados como “BRGAAP” antes da adoção da norma internacional, e entre os anos (2010-2013) classificados como “IFRS” após a adoção da norma internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendia verificar o impacto do IFRS sobre as demonstrações financeiras das empresas de capital aberto inscritas na BM&F/BOVESPA após a adoção da norma internacional, para ocorrência dessa verificação foram utilizados de testes estatísticos como a Correlação Bivariável e a Regressão Linear Múltipla, dando mais consistência e credibilidade nos resultados esperados.

Após realização dos testes foi possível observar que as variáveis definidas como independentes não atingiram o nível de significância para responder as alterações nos valores das variáveis dependentes, através do teste R – quadrado ajustado pode obter o resultado de que 0,9% das variáveis independentes tem influências sobre as variáveis dependentes VPA e VVA.

Foi possível também apurar através do segundo teste de correlação no APÊNDICE B, onde as variáveis foram separadas por montante dos quatro anos antes a adoção a norma e montante dos quatro anos posterior à adoção. O resultado obtido desta análise afirmou as variáveis enfraquecem o seu grau de correlação a partir da adoção a norma internacional, vejamos como exemplo a correlação entre a variável: Lucro Líquido (LL BRGAAP) com Passivo Não Circulante (PNC BRGAAP) tem a correlação de 0,903, ou seja, uma correlação positiva quase perfeita, se comparado o LL IFRS com PNC IFRS, a correlação enfraquece para 0,712 após a convergência contábil, vale ressaltar que esse resultado também foi comprovado em alguns estudos como o de Nascimento, 2012.

A partir desses resultados pode-se afirmar que o estudo confirma que a adoção do IFRS promoveu alterações relevantes e que devem ser consideradas pelos investidores no processo de tomada de decisão.

Este estudo possui algumas limitações como exemplo: a falta de organização para a coleta dos dados das empresas da Bolsa de Valores, que pode ser revertida através do aplicativo adquirido pela UNEMAT, chamado Economatica, agilizando a coleta das demonstrações financeiras, entretanto as informações coletadas podem ter influências externas, como crises financeiras, que podem impactar principalmente nos valores das ações.

É importante lembrar que a virtude deste trabalho foi processar os dados com o aplicativo SPSS, que gera informações precisas de análise, livre de possíveis distorções e erros, ressalta-se também o número de empresas que foram estudadas é bastante significativa no mercado financeiro, sendo 40 amostras estudadas, também vale destacar que as ferramentas

utilizadas na metodologia foram disseminadas através de minicurso em eventos científicos em outra instituição de ensino.

Devido o estudo não identificar um grau de relacionamento entre as variáveis independentes com as variáveis dependentes, fica como sugestão aplicar outros testes estatísticos, aumentar o número de variáveis estudadas, diminuindo assim as distorções nos resultados.

Este trabalho teve como intuito preencher as lacunas existentes no que condiz a norma internacional contábil, contribuindo assim na área da pesquisa em Ciências Contábeis, também teve o propósito de sancionar dúvidas dos investidores acerca dos impactos provocados pelo IFRS no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADMINISTRADORES. **Investidor: você sabe quais os fatores que fazem uma ação subir e cair o valor?** 2014. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/mobile/noticias/negocios/investidor-voce-sabe-quais-os-fatores-que-fazem-uma-acao-subir-ou-cair/4362/>>.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa, GRECCO, Marta Cristina Pelucio, FORMIGONI, Henrique e NETO, Octavio Ribeiro de Mendonça **A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil.** Revista de Economia e Relações Internacionais / Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado. Vol. 10, n. 20 (2012) - São Paulo: FEC-FAAP, 2007. Disponível em: <http://www.fAAP.br/faculdades/economia/ciencias_economicas/pdf/revista_economia_20.pdf>. Acessado em: 21 fev. 2014.

ARRUDA, Giovana Silva de. MADRUGA, Sergio Rossi. JUNIOR, Ney Izaguirry de Freitas. **A governança corporativa e a teoria da agência em consonância com a controladoria.** Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2734/273420272005.pdf> - Acessado em: 08 set. 2014.

BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo. **Mercado de Capitais 2008.** Disponível em: <www.bmaiscompet.com.br/mercadodecapitais> Acessado em: 10 jul. 2014.

BRAGA, Hugo Rocha. ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças contábeis na lei societária: Lei nº 11.638, de 28-12-2007.** – 1. Ed. – 4. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

CALLAO, et al. **Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting.** *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation.* Disponível em: <http://cmhonors.pbworks.com/f/%252BAoption_of_IFRS_Spain.pdf>. Acessado em: 23 maio 2014.

CORRÊA, José Rubem. **Mercado de Capitais. Suas Empresas e Seus Instrumentos.** São Paulo, 1973.

CRESPINO, Antônio Arnot. **Estatística Fácil.** – 19ª ed. atual. – São Paulo: Saraiva 2009. p. 148;

FERREIRA, Luiz - **IFRS: um pouco de história. Quais as origens? Como surgiu? Por que o mundo escolheu as IFRS como padrão internacional? Como o Brasil adotou?** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/ifrs-um-pouco-de-historia/59939/>>. Acessado em: 07 set. 2014.

HENDRIKSEN, ELDON S.; BREDÁ, MICHAEL F. VAN. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. Disponível em: http://www.ibgc.org.br/userfiles/files/Codigo_Final_4a_Edicao.pdf - Acessado em: 08set. 2014.

NASCIMENTO, André dos Santos do. **Adoção do IFRS no Brasil: uma análise dos efeitos na comparabilidade e na relevância das demonstrações contábeis**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Rio de Janeiro – RJ, 2012. Disponível em: <http://faf-uerj.com/mestrado/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=348&Itemid=>>. Acessado em: 23 maio 2014.

SCHIEBEL, A. (2006). **Value relevance of German BRGAAP and IFRS consolidated Financial Reporting: An empirical analysis on the Frankfurt Stock Exchange**. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=916103>>. Acessado em: 16 nov.2014.

inal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.